

## Conduta Funcional e Regime Disciplinar Administrativo (CFR)

1. De acordo com o entendimento de Helly Lopes Meirelles sobre o princípio da Moralidade, assinale a alternativa **CORRETA** que melhor preenche as lacunas abaixo:

“A moralidade administrativa constitui hoje em dia, pressuposto da validade em todo ato da Administração Pública (Constituição da República Federativa do Brasil, art. 37, caput). Não se trata da \_\_\_\_\_, mas de uma \_\_\_\_\_, entendida como o \_\_\_\_\_ de conduta tiradas da disciplina interior da Administração”.

- A. Regra; moral pessoal; moral coletiva.
- B. Consciência; senso comum; conjunto de regras.
- C. Moral comum; moral jurídica; conjunto de regras.
- D. Vontade; escolha; interesse.
- E. Norma; livre escolha; princípio.

- 
2. Com base no regime disciplinar instituído pela lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985 – Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Estado de Santa Catarina, assinale a alternativa **CORRETA**.

- A. A infração disciplinar será punida conforme os antecedentes, o grau de culpa do agente, bem assim os motivos, as circunstâncias e as consequências do ilícito.
- B. A infração administrativa correspondente a ato de manifesta improbidade no exercício da função pública, tem como sanção, a aplicação da suspensão.
- C. Inassiduidade permanente e Inassiduidade intermitente possuem sanções diferentes, não sendo ambas puníveis com demissão.
- D. Ofensa física, fora da repartição pública, contra funcionário, ainda que comprovado que a ofensa seja em decorrência do serviço, não gerará punição ao servidor.
- E. Nenhuma das alternativas anteriores.

- 
3. De acordo com a Lei Complementar nº 491, de 20 de janeiro de 2010, com base nos tipos de Sindicâncias, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- A. Sumária.
- B. Investigativa ou preparatória.
- C. Patrimonial.
- D. Acusatória ou punitiva com penalidade de suspensão até 30 (trinta) dias.
- E. Nenhuma das alternativas anteriores.

- 
4. Com base nas disposições gerais da lei complementar nº 675, de 3 de junho de 2016, assinale a alternativa **CORRETA**.

- A. É permitida a realização de escalas de plantão em dias consecutivos.
- B. Os cargos comissionados e funções gratificadas cujas atribuições se relacionem às áreas finalísticas da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania, são de livre nomeação e exoneração, independentes de se tratar de servidor público.
- C. Os integrantes das carreiras de agente de segurança socioeducativos, no exercício direto de atividades de vigilância interna e externa de Unidades de atendimento Socioeducativos, ficam sujeitos ao regime de escala de 24 (vinte quatro) horas de serviço por 48 (quarenta e oito) horas de descanso.
- D. Os integrantes das carreiras de agente de segurança socioeducativos, no exercício direto de atividades de vigilância interna e externa de Unidades de atendimento Socioeducativos, ficam sujeitos ao regime de escala de 12 (doze) horas de serviço por 36 (trinta e seis) horas de descanso.

E. É vedada a realização de mais de 08 (oito) escalas de plantão por mês, salvo por convocação em caso de necessidade de serviço, observado o interesse público, e devidamente justificado e homologado pelos Diretores, Gerentes e responsáveis administrativamente e gerencial pelas Penitenciárias, Presídios, Unidades de Atendimento Socioeducativo, Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico, Colônias Penais Agrícolas, Unidades Prisionais Avançadas, Distritos Policiais, Delegacias de Polícia e Casas de Albergado.

---

5. Com base no regime disciplinar instituído pela lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985 – Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado de Santa Catarina, referente às infrações administrativas puníveis com suspensão de até 30 (trinta) dias, assinale a alternativa **CORRETA**.

- A. Exercer comércio, em circunstâncias que lhe propiciem beneficiar pelo fato de ser também funcionário público.
  - B. Indisciplina ou insubordinação.
  - C. Aplicar irregularmente dinheiro público.
  - D. Ineficiência desidiosa no exercício das atribuições.
  - E. Deixar de atender nos prazos legais, sem justo motivo, sindicância ou processo disciplinar ou negligenciar no cumprimento das obrigações concernentes.
- 

6. De acordo com o entendimento do doutrinador Celso Antônio Bandeira de Mello, “as competências administrativas só podem ser validamente exercidas na \_\_\_\_\_ e \_\_\_\_\_ proporcionais ao que seja realmente demandado para o cumprimento da finalidade de interesse público a que estão atreladas”.

Assinale a alternativa que melhor preenche as lacunas.

- A. Competência; intensidade;
  - B. Extensão; intensidade;
  - C. Esfera; limite;
  - D. Atuação; âmbito;
  - E. Nenhuma das alternativas anteriores.
- 

7. Com base no Capítulo III – Do Regime Disciplinar, instituído pela lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985 – Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado de Santa Catarina, assinale a alternativa **CORRETA**.

- A. Constitui infração disciplinar toda a ação ou omissão do funcionário que possa comprometer a eficiência e o decoro da função pública, ferir a disciplina e a hierarquia, prejudicar a eficiência dos serviços públicos ou causar prejuízo de qualquer natureza à Administração.
  - B. A infração disciplinar não será punida conforme os antecedentes, grau de culpa do agente, bem assim os motivos, as circunstâncias e as consequências do ilícito.
  - C. Constitui infração disciplinar toda a ação ou omissão do funcionário que possa comprometer a dignidade e o decoro da função pública, ferir a disciplina e a hierarquia, prejudicar a eficiência dos serviços públicos ou causar prejuízo de qualquer natureza à Administração.
  - D. A infração disciplinar será punida conforme os antecedentes, grau de vontade do agente, bem assim os motivos, as circunstâncias e as consequências do ilícito.
  - E. Não constitui infração disciplinar toda a ação ou omissão do funcionário que possa comprometer a dignidade e o decoro da função pública, ferir a disciplina e a hierarquia, prejudicar a eficiência dos serviços públicos ou causar prejuízo de qualquer natureza à Administração.
-

8. Com base na lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985 – Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado de Santa Catarina, são penas disciplinares, **EXCETO**.

- A. Repreensão verbal; repreensão escrita.
  - B. Suspensão; destituição de cargo de confiança.
  - C. Advertência funcional; advertência transcrita nos assentamentos do servidor.
  - D. Demissão simples; demissão qualificada.
  - E. Cassação de aposentadoria; cassação de disponibilidade.
- 

9. De acordo com a Lei Complementar nº 491, de 20 de janeiro de 2010, assinale a alternativa **CORRETA**.

- A. O termo de compromisso de ajuste de conduta deverá ser registrado nos assentamentos funcionais do servidor.
  - B. Se admite o ajustamento de conduta caso tenha o servidor beneficiado anteriormente, no prazo de 03 (três) anos com a medida alternativa de procedimento disciplinar e de punição.
  - C. Não se admite o ajustamento de conduta caso tenha o servidor beneficiado anteriormente, no prazo de 05 (cinco) anos com a medida alternativa de procedimento disciplinar e de punição.
  - D. O termo de ajuste de conduta não deverá ser registrado nos assentamentos funcionais do servidor.
  - E. Nenhuma das alternativas anteriores.
- 

10. De acordo com a Lei Complementar nº 491, de 20 de janeiro de 2010, do Afastamento Preventivo, assinale a alternativa **CORRETA**.

- A. O afastamento não poderá ser prorrogado por igual prazo, findo o qual cessarão os seus efeitos, ainda que não concluído o processo.
- B. Deverá constar da portaria de afastamento a determinação de que o servidor afastado ficará à disposição do órgão ao qual é vinculado, bem como da Comissão Processante durante o horário normal do expediente, em local certo e conhecido, a contar da ciência do ato.
- C. O atendimento pelo servidor acusado à determinação disposta no parágrafo anterior configura prática de nova irregularidade e impõe a instauração de novo procedimento administrativo disciplinar.
- D. O cumprimento será informado ao setor de pessoal e os dias ausentes serão descontados.
- E. Não é facultado ao órgão, dependendo da infração cometida, designar o servidor acusado para ter exercício em outro setor até o término do procedimento administrativo disciplinar.